

CADERNO DE ENCARGOS
N.º Do Processo: 5/CP/B/2021

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos tem por objeto principal a “aquisição de madeiras para o projeto plantaia”.

Cláusula 2.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à entrega de todo o material em conformidade com os respetivos termos e condições do caderno de encargos, que se estima em 10 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço Base

O preço base a observar para o contrato objeto do presente procedimento é de 14.787,70 €, acrescidos de Iva à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1 — Pela aquisição do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Ílhavo deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente, os relativos ao transporte dos bens para o respetivo local de entrega e a devolução dos mesmos.

Cláusula 5.ª

Local de entrega

Os bens objeto do presente procedimento deverão ser entregues no Casa da Cultura de Ílhavo, sito na Av. 25 de Abril, 3830 – 044 Ílhavo.

Cláusula 6.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas, com observância do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 60 dias após a receção da fatura correspondente;
2. A fatura é emitida em nome do Município de Ílhavo, sita na Av. 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo, onde deve constar obrigatoriamente o número de compromisso/requisição;
3. Em caso de discordância da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 7.^a

Bens a Fornecer

1. Mapa de quantidades:

Designação	Medidas	Quantidade (Unidade)
TABUA TRATADA SILVESTRE	130x14x2,8CM	466
TABUA TRATADA SILVESTRE	210x14x2,8CM	1003
TABUA TRATADA SILVESTRE	215x14x2,8CM	552
TABUA TRATADA SILVESTRE	220x14x2,8CM	84
VIGA/PILAR TRATADA SILVESTRE	230x7x7CM	138
BARROTE TRATADO SILVESTRE	110x7x5CM	19
BARROTE TRATADO SILVESTRE	190x7x5CM	302
BARROTE TRATADO SILVESTRE	125x7x5CM	126
BARROTE TRATADO SILVESTRE	150x7x5CM	20
BARROTE TRATADO SILVESTRE	130x7x5CM	166
BARROTE TRATADO SILVESTRE	170x7x5CM	83

2. A madeira terá de vir em boas condições, não serão aceites madeira empenada ou com defeitos;
3. Após verificação, a entidade adjudicante pode:
 - a) Aceitar os bens mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
 - b) Rejeitar total ou parcialmente os bens;
 - c) Devolver os excedentes;
 - d) Solicitar a entrega dos bens em falta.

4. Todos os encargos com a substituição, a devolução dos produtos rejeitados, são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.^a

Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário garantirá o sigilo e confidencialidade sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, de que venha a ter conhecimento relacionada com a atividade do Município;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Excluem-se do dever de sigilo previstos a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativa competentes.

Cláusula 9.^a

Força maior

1. Não é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não resultem de falta ou negligência, e que não possam ser conhecidas ou previstas à data do fornecimento e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;
2. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicada à outra parte;
4. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10.^a

Resolução contratual

1. Sempre que qualquer das partes entenda haver efeitos que justifiquem a resolução do contrato, tanto pela entidade adjudicante como pelo adjudicatário, a mesma será redigida pelos preceitos da lei;
2. O incumprimento por parte do fornecedor, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem, permite à entidade adjudicante proceder à resolução do contrato;
3. A cessão da posição contratual, sem autorização da entidade adjudicante, dará lugar à resolução do contrato.

Cláusula 11.^a

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 12.^a

Caução

Não é exigida caução.

Cláusula 13.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa bem como o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual e restante legislação em vigor.